



## **JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025**

**EDITAL Nº 095/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.876/2025**

**PROCESSO DE COMPRA Nº 0173/2025**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA  
FUTURA APLICAÇÃO DE SISTEMA FLASH DE  
MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE

Impugnação ao edital imposta por: CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.

### **I. DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO**

A Empresa **CEPALAB LABORATÓRIOS S.A**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.248.312/0001-44, apresentou tempestivamente impugnação quanto ao edital.

### **II. DA IMPUGNAÇÃO**

A impugnante apresenta em suas razões que o edital de licitação possui em seu cerne o direcionamento à marca específica, violando princípios postos no Art. 5 da Lei nº 14.133/21, regimento esse que conduz as contratações públicas.

E requer:

- I) O acolhimento integral da impugnação;
- II) A republicação do edital para o cadastramento de novas propostas.

### **III. DA ANÁLISE DO PEDIDO**

O pedido trata-se de impugnação ao descritivo do Termo de Referência, referente o sistema de monitoramento contínuo de glicose. Para iniciarmos a análise, devemos trazer ao julgamento a redação do detalhamento do objeto, item 2.1 do Anexo I do edital, vejamos:

“Medição contínua e automática dos níveis de glicose, 24 horas por dia, com armazenamento interno de dados no sensor; Leitura por escaneamento rápido, inclusive através de roupas,



forneendo: Valor atual da glicose; Seta de tendência indicando se a glicose está subindo, descendo ou estável; Histórico mínimo das últimas 8 horas; Vida útil mínima do sensor: 15 dias de uso contínuo, com resistência à água que permita banho, natação e exercícios físicos; Compatibilidade com leitor referenciado no item 2 do presente Termo de Referência e aplicativo para smartphone, permitindo sincronização com plataforma segura para análise dos dados; Armazenamento mínimo de 90 dias de dados no leitor ou aplicativo, com possibilidade de exportação de relatórios; Alarmes configuráveis para níveis altos e baixos de glicose, e alerta de perda de sinal (quando aplicável); Integração com plataforma online para acompanhamento remoto, permitindo que profissionais de saúde, familiares ou cuidadores visualizem os dados em tempo real; Fornecimento de kits completos com todos os insumos necessários para aplicação e retirada segura do sensor”

Na leitura do descritivo do lote, notamos que a redação não restringe a participação de qualquer licitante ou induz a alguma marca específica. O detalhamento do objeto é de extrema importância para expor o correto interesse da administração, além de adquirir o produto com a melhor qualidade técnica possível.

Vale lembrar que a Lei nº 14.133/21, no seu Art. 5, traz com um dos seus princípios a vinculação ao edital, preceito esse que trata o instrumento convocatório como lei interna do certame. Autores conceituados na doutrina, como Hely Lopes Meirelles, destacam que o edital é a norma que rege todo o procedimento licitatório, estabelecendo direitos e deveres tanto para os licitantes quanto à administração.

Nota-se que a impugnante trata o descritivo como direcionador à uma marca específica, porém a empresa não cita a qual marca a chamada pública restringe. Percebe-se que, em suas próprias razões, a empresa considera que há outros produtos no mercado com as mesmas especificidades técnicas.

No que se refere a aquisição do sensor juntamente ao leitor, é importante inteirar-se ao assunto que o município de São Bento do Sapucaí se molda em um território majoritariamente de área rural e grande parte da população habitando nos mais de 250km<sup>2</sup> de extensão territorial.

Destaco que grande parte da população rural não possui similaridade com



*smartphones*, ou aparelhos que não dispõem de tecnologias suficientes para serem compatíveis com os sensores, sendo de extrema necessidade a aquisição dos leitores para a totalidade do monitoramento contínuo de glicose. A aquisição dos leitores independentes do smartphone auxilia o paciente na interpretação dos dados e amplia o atendimento da prefeitura, aumentando os resultados positivos da aquisição.

A administração pública deve abranger o maior número de habitantes possíveis, como princípio constitucional, no atendimento da saúde. A aquisição somente do sensor pode comprometer a abrangência e restringir pacientes que necessitam do monitoramento.

Reitero que a Carta Magna de 1988 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do estado, disposto no Art. 196, dizendo que:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Visto isso, garantir o acesso a todos do sistema de monitoramento contínuo de glicose é um dever dessa administração e manter as condições que contribuam para o efetivo resultado no tratamento de diabetes.

#### **IV. DA DECISÃO DO PREGOEIRO**

Isto posto, DECIDO pela IMPROCEDÊNCIA da impugnação posta, visto que o edital não restringe o objeto para qualquer marca ou fornecedor específico, além de garantir o maior acesso da população para o sistema de monitoramento.

São Bento do Sapucaí – SP, 16 de janeiro de 2026.



Documento assinado digitalmente

MAX EMILYANO DA SILVA ROSA

Data: 16/01/2026 13:58:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Max Emilyano da Silva Rosa**  
Pregoeiro

## Proc. Administrativo 18- 1.876/2025

**De:** JAEICI C. - GAB-AJUR

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 19/01/2026 às 15:38:39

**Setores envolvidos:**

GAB, GAB-AJUR, SGA, SSS, PGM, SGA-DCL, PGM-Procurador\_3

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA APLICAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE.**

**PARECER JURÍDICO Nº 013/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.876/2025**

**Assunto: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA APLICAÇÃO DE SISTEMA FLASH DE MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 EDITAL nº 095/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1.876/2025 PROCESSO DE COMPRA nº 0173/2025.**

### I- RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica, referente a impugnação apresentada pelo Licitante **CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.248.312/0001-44, com sede na Rua Governador Valadares, nº 104, Bairro Chácara Reunidas São Vicente, São José da Lapa/MG, CEP 33.350-000, neste ato representada por Alessandra Ximenes de Mello Rezende, brasileira, viúva, empresária, portadora da carteira de identidade nº MG-8.369.215, insurgindo-se contra o edital - alegando que em tese haveria direcionamento à marca específica, e que fora julgado pelo pregoeiro, improcedente o Recurso.

É o relatório, passo a opinar.

### II – DA TEMPESTIVIDADE

Ressalta-se que a presente impugnação objeto desta análise é tempestiva, estando por tanto de

acordo com o Art. 164 da Lei 14.133/2021. Sendo inequívoca a sua tempestividade.

### **III- CONSIDERAÇÕES LEGAIS**

A análise realizada por essa assessoria jurídica visa verificar se os critérios legais foram devidamente adotados, sem adentrar ao mérito da realização do certame.

Em síntese o impugnante questiona o descritivo do objeto, alegando que seria direcionamento a determinada marca.

#### **- DA VINCULAÇÃO DO EDITAL**

O princípio da vinculação ao edital, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, determina que tanto a Administração quanto os licitantes devem observar rigorosamente as condições estabelecidas no instrumento convocatório.

A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas às regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o Órgão ou entidade licitadora.

É necessário dizer que o edital possui caráter normativo e vinculante. Ou seja, as condições que ele estabelece devem ser seguidas rigorosamente, tanto pela administração pública quanto pelos licitantes. Em resumo, o edital cria obrigações jurídicas para todas as partes envolvidas, em obediência ao princípio da vinculação do edital.

Esse entendimento também é corroborado pela jurisprudência do STJ, que ao julgar o agravo interno 70491/SC 2023/0006675-7, reafirmou que as regras editalícias, consideradas em conjunto como verdadeira lei interna do certame, vinculam tanto a administração como os candidatos participantes. Essa decisão, assim como outras anteriores, reforça a necessidade de respeito absoluto às regras editalícias.

#### **- DA IMPARCIALIDADE DO EDITAL**

A administração pública, pauta seus atos baseados nos princípios dispostos no art.37, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

O princípio da impessoalidade compreende a igualdade de tratamento que a administração deve dispensar aos licitantes que estejam na mesma situação jurídica. Exige, também, a necessidade de que a atuação administrativa seja impessoal e genérica, com vistas a satisfazer o interesse coletivo.

Forçoso convir que, em decorrência do princípio da impessoalidade, é vedado tratamento discriminatório aos licitantes que se encontrem nas mesmas situações.

É certo que as regras do Edital devem ser por todos observadas. Tanto a Administração Pública quanto as empresas participantes do certame não podem deixar de atender as normas e condições presentes no instrumento convocatório.

#### **– DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NA LICITAÇÃO**

Ao realizar uma licitação, o Município busca selecionar a proposta mais vantajosa para o interesse público, e a isonomia é um princípio norteador para essa escolha. Ela exige que o processo seja pautado em critérios objetivos e impessoais, evitando privilégios por parte da Administração Pública em favor de determinados concorrentes.

A isonomia também implica considerar as particularidades dos licitantes para equalizar suas condições de participação.

A relevância da isonomia nas licitações não se restringe apenas à seleção do fornecedor, mas também à execução do contrato. A Administração Pública deve assegurar um tratamento igualitário a todos os contratados, evitando tratamentos diferenciados que possam prejudicar ou favorecer injustamente algum dos envolvidos.

## **- DO JULGAMENTO PELO PREGOEIRO**

Em seu julgamento, o pregoeiro, julgou improcedente o recurso apresentado pela licitante Recorrente.

Ressaltando que não há qualquer direcionamento a marca, que o descritivo atende aos requisitos da legislação vigente e a necessidade do município.

## **- DO MÉRITO**

Em análise ao apresentado pela empresa **CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.248.312/0001-44, com sede na Rua Governador Valadares, nº 104, Bairro Chácara Reunidas São Vicente, São José da Lapa/MG, CEP 33.350-000, neste ato representada por Alessandra Ximenes de Mello Rezende, brasileira, viúva, empresária, portadora da carteira de identidade nº MG-8.369.215, insurgindo-se contra o edital - alegando que em tese haveria direcionamento à marca específica.

Sabemos que o direcionamento de licitação é prática ilegal que visa a beneficiar um licitante específico limitando a concorrência, ferindo os princípios da isonomia e da legalidade.

A inclusão do monitor de glicose junto à licitação vem a atender a demanda dos pacientes no município, em razão de a maior parte residir em área rural e não possuir aparelho compatível com a tecnologia dos aparelhos de glicosímetro no mercado.

Portanto se torna indispensável o monitor para garantir o acesso pleno ao serviço, em razão de serem usuários em especial idosos que não têm familiaridade com smartphones modernos, o que pode comprometer a leitura correta dos sensores e a segurança do tratamento.

Assim, o monitor físico assegura que todos consigam realizar o acompanhamento glicêmico de forma adequada e contínua, promovendo equidade e qualidade no cuidado.

O Princípio da livre concorrência traz ao processo licitatório a ampla competitividade, em busca de trazer para a administração pública a proposta mais vantajosa, que todos os licitantes, uma vez atendidas as especificações do objeto, possam participar em igualdade do certame.

Nesse contexto temos que o objeto a ser licitado deve ser apresentado, de forma concisa, clara e precisa, a definição não deve contemplar especificações excessivas, desnecessárias ou irrelevantes, sob risco de frustrar ou limitar indevidamente o caráter competitivo da licitação, podendo até direcionar a licitação para fornecedor específico.

O jurista Marçal Justen Filho, referência na área, é enfático nesse ponto:



“É necessário que o edital descreva o objeto sobre o qual as partes formularão a proposta, identificando-o e diferenciando-o de modo a permitir a exata dimensão da disputa. A descrição do objeto da licitação contida no edital não pode deixar margem a qualquer dúvida nem admite complementação a posteriori.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, 3ª ed., 2025, p. 431)

De tal modo, a descrição do objeto em licitação deve ser sempre clara, concisa, identificando o objeto e a necessidade do que será licitado.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Súmula 177, estabelece que a definição precisa e suficiente do objeto licitado é condição indispensável para a isonomia entre os licitantes — e, por consequência, para a eficácia do princípio da publicidade:

“A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes [...]”.

A legislação vigente veda o direcionamento de marca; especificações ou critérios subjetivos, excessivos, irrelevantes ou desnecessários, o que não identifica no presente processo, uma vez que a demanda no município necessita de equipamento que contenha monitores de glicose, e não somente sensores e medição por aplicativo em celular.

A descrição do objeto de forma a atender às necessidades específicas da entidade promotora do certame não configura direcionamento da licitação, mormente quando não há no edital a indicação de marca específica e quando se verifica no mercado a existência de outros modelos que poderiam atender completamente as especificações descritas no edital”, [...]. (TCU, Acórdão nº 2.829/2015 – Plenário)

Portanto ao que se verifica do processo, não há direcionamento de marca específica, apenas que será necessário sensor e monitor em razão dos pacientes que residem em zona rural e não possuem celular compatível com o sistema, sendo necessário monitorar por sistema autônomo.

Assim sendo, o TR traz as justificativas que demonstram a necessidade de aquisição de monitor e sensor, fundamentada na melhoria da qualidade de vida dos pacientes com diabetes e na redução de custos hospitalares a longo prazo.

Todos os critérios foram obedecidos, razão não há para reformar a decisão exarada pelo pregoeiro.

Assim sendo, a manutenção da decisão de improcedência, é necessária para garantir a legalidade e a conformidade com os princípios que regem as licitações públicas, tais como a legalidade, isonomia e transparência.

### III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica OPINA pela **IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO APRESENTADO PELA LICITANTE CEPALAB LABORATÓRIOS S.A.** CNPJ sob o nº 02.248.312/0001-44, no processo de licitação referente ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA APLICAÇÃO DE SISTEMA FLASH DE MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025 EDITAL nº 095/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1.876/2025 PROCESSO DE COMPRA nº 0173/2025.**

Recomenda-se, portanto, a adoção das providências necessárias para prosseguimento no processo licitatório.

Por fim, o “parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa”. (Celso Antônio Bandeira de Mello, “Curso de Direito Administrativo”, Malheiros Ed., 13ª. ed., p. 377).

Ressaltando-se que o parecer é opinativo e não vinculativo, cabendo à autoridade competente a decisão final sobre as futuras providências.

É o parecer, salvo melhor juízo, submeto à consideração superior!

—  
**Jaelci Evandro de Camargo**  
*Assessor Jurídico*





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A341-27B5-78A7-2884

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JAELCI EVANDRO DE CAMARGO (CPF 359.XXX.XXX-05) em 19/01/2026 15:39:44 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saobentodosapucaia.1doc.com.br/verificacao/A341-27B5-78A7-2884>

## Proc. Administrativo 19- 1.876/2025

**De:** Gilberto S. - GAB

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 19/01/2026 às 16:31:41

**Setores envolvidos:**

GAB, GAB-AJUR, SGA, SSS, PGM, SGA-DCL, PGM-Procurador\_3

### REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA APLICAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO CONTÍNUO DE GLICOSE.

Prezados,

Conforme Parecer Jurídico nº 013/2026, acolho a manifestação jurídica apresentada, ratificando a improcedência do recurso interposto e autorizo o prosseguimento do processo licitatório, nos termos recomendados.

Sem mais.

Atenciosamente.

—  
**Gilberto Donizeti de Souza**  
*Prefeito Municipal*



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7733-664F-A316-5F2A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GILBERTO DONIZETI DE SOUZA (CPF 098.XXX.XXX-60) em 19/01/2026 16:31:49 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC Notarial RFB G4 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5  
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saobentodosapucai.1doc.com.br/verificacao/7733-664F-A316-5F2A>